



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27   09   2011	16h50min	27ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA  
DIRETORIA LEGISLATIVA  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO  
SETOR DE TAQUIGRAFIA  
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA  
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 27ª  
(VIGÉSIMA SÉTIMA)  
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,  
DE 27 DE SETEMBRO DE 2011.**

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Raad Massouh a secretariar os trabalhos da Mesa.

Item nº 1:

Discussão e votação, em 2º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 486, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 145.000.000,00 (cento e quarenta e cinco milhões de reais)”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com 19 votos favoráveis. Houve 3 abstenções.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO RAAD MASSOUH – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27   09   2011	16h50min	27ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	2

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 486, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 145.000.000,00 (cento e quarenta e cinco milhões de reais)”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 2:

Discussão e votação, em 2º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 529, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 34.800.000,00 (trinta e quatro milhões e oitocentos mil reais)”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 22 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO RAAD MASSOUH – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27   09   2011	16h50min	27ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	3

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 529, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 34.800.000,00 (trinta e quatro milhões e oitocentos mil reais)”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 3:

Discussão e votação, em 2º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 527, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 4.582, de 7 de julho de 2011, que “dispõe sobre o custeio da gratuidade no transporte público coletivo integrante do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal, na classificação de serviço básico e complementar rural para as pessoas com deficiência e dá outras providências”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 22 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 527, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 4.582, de 7 de julho de 2011, que ‘dispõe sobre o custeio da gratuidade no transporte público coletivo integrante do Sistema de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27   09   2011	16h50min	27ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	4

Transporte Público Coletivo do Distrito Federal, na classificação de serviço básico e complementar rural para as pessoas com deficiência e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós precisamos tratar de um problema afeto ao Projeto de Lei nº 527, de 2011, que foi aprovado muito bem. Temos de aprovar mesmo. Porém, tenho uma preocupação com os responsáveis que levam seus filhos com deficiência à escola, porque eles têm direito ao passe livre quando estão junto com a pessoa com deficiência. Então, eles levam o filho para a escola e, na hora de voltar, não têm essa gratuidade. O que ocorre hoje é que essas mães e pais ficam na escola enquanto o filho está na escola para poderem voltar com a criança deficiente.

Então, temos de estudar uma forma – e creio que o melhor seja fazer uma indicação ao Governo – para que esses responsáveis pelos filhos com necessidades especiais tenham, também, o direito a esse passe livre.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Ok, Deputado Prof. Israel Batista.

Estamos aguardando a análise final do Projeto de Lei nº 523, de 2011, para que possamos entrar em processo de votação, pois este tem as emendas de parlamentares.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Eu queria fazer um pedido a V.Exa. Quero saber se há projetos de Parlamentares na pauta aptos a serem votados enquanto esperamos a sistematização e a análise de todas essas emendas apresentadas. Quero saber se nós não poderíamos ir apreciando os projetos de Parlamentares que constam da pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Esta Presidência vai consultar o Colégio de Líderes. (Pausa.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27   09   2011	16h50min	27ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	5

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu ouvi umas notícias por aí que eu considero que devem preocupar o Distrito Federal como um todo, mas, especialmente, a Polícia Civil, a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e a área de segurança, ou melhor, a área de educação e saúde do Distrito Federal.

Eu ouvi um pronunciamento, Deputado Patrício, do nosso querido amigo e Senador Rodrigo Rollemberg – e estou com uma matéria sobre a qual pretendo fazer um pronunciamento mais aprofundado amanhã –, em que ele apresentou um projeto retirando dinheiro do Fundo Constitucional do Distrito Federal para o Entorno do Distrito Federal. Começa com 1% até fechar em 10%. A verdade é que o Fundo Constitucional do Distrito Federal hoje, na sua integralidade, já não cobre as despesas. Portanto, querer tirar dinheiro do Fundo Constitucional do Distrito Federal para mandar para o Entorno não é nem descobrir um santo para cobrir outro; estará descobrindo dois santos.

É muito importante que o Senador da República apresente um projeto criando o Fundo Constitucional do Entorno do Distrito Federal. E não querer tirar recurso do nosso Fundo Constitucional, que já é pouco! Isso é uma temeridade, é um desserviço à população do Distrito Federal, especialmente nessas três áreas: as áreas de segurança, saúde e educação do Distrito Federal.

Eu pretendo amanhã fazer um pronunciamento mais duro com relação a isso. Deputado Joe Valle, nós todos devemos – a Câmara Legislativa do Distrito Federal – nos dirigir ao Senador Rodrigo Rollemberg para que ele retire esse projeto que ele está apresentando na formalidade. Isso não é bom para Brasília. Isso não serve para Brasília. Não serve nem para o Entorno, porque 1% não resolverá absolutamente nada do Entorno. Levará 10 anos para chegar a 10%, e fará muita falta aqui. V.Exa. sabe que o Fundo Constitucional hoje não cobre nem 80%.

Portanto, Deputado Dr. Michel, querer tirar de onde já tem pouco não dá. Amanhã, eu pretendo fazer um pronunciamento mais aprofundado e mais duro com relação a isso. Mas, espero uma manifestação oficial da nossa Casa no sentido de convenceremos o Senador Rodrigo Rollemberg de que esse projeto é errado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Ok, Deputado Chico Vigilante. Foi bom V.Exa. tocar nesse assunto, que inclusive já estava passando despercebido.

Eu quero dizer a V.Exa. o seguinte: será que durante a eleição de 2010, ano passado, o Senador Rodrigo Rollemberg faria essa proposta? Agora, depois da eleição no Distrito Federal, próximo da eleição há quase um ano no Entorno de Brasília, garantidos os seus 8 anos de mandato como Senador, ele faz essa proposta de tirar 10% do Fundo Constitucional para investimento no Entorno de Brasília. Eu estou disposto a fazer esse debate com ele. Esta Casa não se furtará a esse debate,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27   09   2011	16h50min	27ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	6

porque esses são recursos do Fundo Constitucional da União que garantem a estabilidade na saúde, na educação e na segurança pública do Distrito Federal.

DEPUTADO JOE VALLE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JOE VALLE (PSB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobre companheiro Deputado Chico Vigilante, eu acredito que essa discussão seja um pouco mais profunda.

Eu acho que amanhã é um dia muito bom para que possamos colocar todo esse processo, no intuito de que Brasília não é mais Distrito Federal, ela tem uma região metropolitana gigante com uma conurbação acontecendo em vários municípios do Entorno e do Distrito Federal. Certamente, da forma como está colocado, o Fundo Constitucional de Brasília já não é suficiente para atender as demandas da nossa cidade. Realmente, nós temos que achar outra forma de trabalhar. Não obstante a necessidade de melhorarmos, de qualificarmos os salários, as polícias, a educação e a saúde do Distrito Federal, temos que efetivamente que pensar numa forma de resolver o problema do Entorno que impacta diretamente a segurança, a saúde e a educação do Distrito Federal.

Então, amanhã é um bom momento para discutirmos isso. Mas, mais do que isso, Deputado Dr. Michel, meu grande companheiro, que nós façamos uma audiência pública para discutir o Entorno nesta Casa, porque hoje não se trata mais de Entorno, trata-se de Região Metropolitana, definitivamente.

Era isso o que eu tinha a dizer.

DEPUTADO DR. MICHEL – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. MICHEL (PSL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu fico estarecido ao ver um Senador da República do Distrito Federal fazer uma emenda como essa.

Porque ao abrimos a porteira, o senhor pode ter certeza, passa um boi, passa uma boiada: todo mundo vai querer mexer no Fundo Constitucional do Distrito Federal. Eu agora vou plagiar o meu amigo Deputado Wellington Luiz, que disse que se brincarmos nós não temos mais três senadores. O Senador Rodrigo Rollemberg virou agora o quarto Senador de Goiás. Nós agora ficamos com dois, porque mexer no Fundo Constitucional, que foi uma luta nossa para conseguirmos, e agora querer tirar 10% para mandar para o Entorno não justifica, nem que seja daqui a 10 anos, 200 anos. O Entorno merece toda a fidalguia. Nós precisamos trabalhar para ajudar o Entorno, mas não é descobrindo um santo para cobrir outro que se vai resolver o problema, senão nós vamos fazer como naquela mesma conversa da coberta curta:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27   09   2011	16h50min	27ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	7

puxa, cobre a cabeça, descobre o pé; puxa, cobre o pé, descobre a cabeça. Então, nós não podemos aceitar isso.

Eu acho que nós deveríamos até convidar o Senador Rodrigo Rollemberg, que foi eleito por Brasília. Como V.Exa. bem disse, em 2010, S.Exa. não faria esse discurso, querendo agora plagiar para dar votinho para prefeito, vereador, querendo acabar com a nossa Brasília. Nós não vamos aceitar isso. Acho que esta Casa tem que se posicionar. O Deputado Chico Vigilante foi muito feliz na sua colocação. Nós não podemos aceitar. Se o Senador continuar com esse projeto de lei, eu acho que nós, Deputados, temos que fazer uma moção de repúdio contra esse Senador, que quer acabar com o Fundo Constitucional de Brasília, porque, a partir do momento que tirarmos 10%, haverá outros que vão querer tirar mais 10 e mais 10, e daqui a pouco não teremos mais nada. O Deputado de Goiás vem diuturnamente tentando tirar uma parcela do Fundo constitucional. Se, inclusive, um senador de Brasília faz um projeto como esse, o resto abre a porteira, vai passar uma boiada, e nós vamos perder o nosso Fundo Constitucional.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PSC. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente. Em primeiro lugar, quero me aliar aos meus companheiros que já se anteciparam nessa discussão e dizer que faço das suas as minhas palavras, Sr. Presidente. Acho que a conduta do Senador caracteriza oportunismo político lamentável. E, pior ainda, S.Exa. foi eleito por nós, brasilienses.

Então, acredito que esta Casa precisa se posicionar. Eu, antes mesmo da moção, quero aqui repudiar a postura do Senador. Espero que S.Exa. volte atrás, senão, lamentavelmente, S.Exa. vai ter toda uma sociedade contra si.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero comentar esse tema e me aliar aos pronunciamentos no sentido de sermos contra essa atitude. Quero salientar o respeito e a admiração que tenho pelo Senador Rodrigo Rollemberg. Sei que S.Exa. é uma pessoa, no fundo, preocupada com os problemas de Brasília. S.Exa. foi eleito pela nossa coligação, trabalhamos para S.Exa. Eu sei da preocupação que S.Exa. tem por Brasília de uma maneira geral. Em que pese todo o respeito e admiração que eu tenho pelo Senador Rodrigo Rollemberg, eu não posso – e aí nós vamos nos diferenciar nesse sentido – concordar com essa atitude sobre o Fundo Constitucional.

Diversas vezes, eu vim à tribuna para falar que o Fundo Constitucional não é favor para Brasília, pelo contrário, é um reconhecimento e, muitas vezes, é insuficiente para cobrir as despesas de custeio com a educação, saúde e, sobretudo,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27   09   2011	16h50min	27ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	8

com a segurança. Então, eu já estive aqui na tribuna, diversas vezes, dizendo, inclusive, que nós precisamos ampliar o debate. Eu acho que audiência pública sobre o Entorno já teve muita, mas temos que ter, sim, uma audiência pública, uma comissão geral para discutir o Fundo Constitucional, inclusive trazendo a bancada federal de Brasília, que é quem pode fazer alguma exceção nesse ponto, como tem sido feito agora.

Eu quero discordar e me irmanar aqui com os colegas que se posicionaram contra essa medida. O Fundo Constitucional é do Distrito Federal, não é do Entorno. Então, temos que trabalhar é para melhorar o Fundo Constitucional do Distrito Federal. Se for o caso de se criar um fundo para o Entorno, é outra estrutura, é outra rubrica, que não deve, em hipótese nenhuma, ter essa interface com o Distrito Federal. O que precisamos fazer é melhorar o Fundo Constitucional e não retirar recursos dele. Então, também fica aqui a minha posição contrária a esta emenda, a este projeto, seja lá o que for, que retira recursos do Fundo Constitucional. É isso.

DEPUTADO AYLTON GOMES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AYLTON GOMES (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero me somar à fala dos companheiros que me antecederam, parabenizá-los e dizer que a nossa luta no Distrito Federal tem que ser, sim, copiada pelos outros estados, mas que eles consigam junto ao Governo Federal os seus recursos próprios, não retirem de um lugar e coloquem noutro.

Eu entendo a necessidade do Entorno, eu sei que nós temos que investir e melhorar o Entorno, mas não mexendo no Fundo Constitucional. Hoje, o Governo Federal alega que não está dando reajuste salarial para a saúde, segurança e educação por falta de verbas. Como é que nós vamos concordar em tirar parte desse recurso, que já não dá conta de cobrir a área de segurança, educação e saúde? Como é que nós podemos concordar com isso? Infelizmente, eu não posso concordar. O Senador Rodrigo Rollemberg é um companheiro. Entendemos. Eu vi muitos companheiros bombeiros, policiais militares e policiais civis votando nessa autoridade, para hoje S.Exa. mexer no orçamento que atingirá diretamente a vida desses cidadãos.

Então, eu vim aqui só para me somar às palavras dessas autoridades e dizer que sou a favor, sim, de que se melhore o Entorno, de que se brigue lá em cima, de que o Governo Federal faça o seu papel e mande as verbas para ajudar o Entorno, mas sou contrário a se tirem recursos que são de exclusividade do Distrito Federal, que ainda não está dando conta de suprir toda a sua demanda.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27   09   2011	16h50min	27ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	9

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (DEM. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu também volto ao mesmo tema. Eu só gostaria de registrar que conheço o Senador Rodrigo Rollemberg de muito tempo. S.Exa. jamais iria tomar uma atitude para prejudicar o Distrito Federal. Agora, todos temos acompanhado que o Senador Rodrigo Rollemberg tem feito caminhadas por todas as cidades do Entorno. Lá temos realmente, na questão da segurança, o caos instalado. Imagino a aflição de S.Exa. ao caminhar por aquelas cidades, ver aquela situação e não conseguir vislumbrar uma solução. Às vezes, quando se diz algo para a mídia, uma frase fica fora do contexto e pode gerar uma interpretação equivocada. Então, eu faço esse pronunciamento somente para dar o meu testemunho do compromisso do Senador Rodrigo Rollemberg com Brasília e dizer que essa fala de S.Exa. deve ser analisada dentro de um contexto maior. Muito obrigada.

DEPUTADA REJANE PITANGA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA REJANE PITANGA (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu ressalto, em primeiro lugar, o profundo respeito que eu tenho pelo Senador Rodrigo Rollemberg e o compromisso que S.Exa. tem pelo Distrito Federal, mas eu tenho de discordar da posição de S.Exa. em relação ao Fundo Constitucional.

O Fundo Constitucional foi uma conquista do Distrito Federal, foi uma luta enorme. O Governo do Distrito Federal, hoje, não precisa ficar com um pires na mão para pagamento de educação, saúde e segurança, como ficava até pouco tempo atrás. Portanto, o Fundo é um avanço que o Congresso Nacional tem muita vontade de nos tirar, até porque ele considera que o Distrito Federal tem um tratamento diferenciado em relação a outras unidades da Federação. Mas o Distrito Federal também vive uma situação bastante diferente das outras unidades da Federação por abrigar o Governo Federal.

Acho que temos de discutir e ajudar a resolver a questão do Entorno, que é um cinturão enorme de miséria e de violência, mas temos de buscar alternativas que não sejam mexer no Fundo Constitucional.

DEPUTADO WASHINGTON MESQUITA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASHINGTON MESQUITA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, reitero aqui o apreço, o carinho e o respeito que eu tenho pelo Senador Rodrigo Rollemberg, mas, como Presidente da Comissão de Educação e Saúde, eu jamais poderia ser favorável a essa proposta de S.Exa. que foi encaminhada ao Senado Federal, ao Congresso Nacional.

Como disse o Deputado Chico Vigilante, o Fundo Constitucional de Brasília, que agora teve um acréscimo, está em torno de 10 bilhões de reais e é insuficiente



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27   09   2011	16h50min	27ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	10

para manter as áreas de saúde, educação e segurança. Sabemos que o repasse maior, de 52%, fica com a segurança e os outros 48% são divididos para a saúde e a educação. Eu acho que S.Exa. poderia reverter a proposta e pedir, sim, um aumento do Fundo Constitucional para que pudéssemos investir diretamente na saúde e na educação, que são áreas prioritárias para a nossa sociedade, áreas que estão com tremenda deficiência, para que possamos dar às pessoas a dignidade que elas merecem.

O problema do Entorno não é específico de Brasília, não; é um problema também do meu partido, o PSDB, e principalmente do Governo de Goiás. Tem de haver aí um entendimento, uma interlocução, uma construção de uma solução entre o Governador de Brasília e o Governador de Goiás para buscarem esses recursos na esfera federal para atender o Entorno.

Eu, particularmente, não concordo com essa proposta. Espero que S.Exa. venha analisar essa proposta e nos trazer mais recursos para investirmos na educação, saúde e segurança.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Washington Mesquita.

O Deputado Wellington Luiz me comunicou que temos uma comissão que se reuniu pela manhã na sala das comissões e procurou o Senador Rodrigo Rollemberg. Neste momento, eles se encontram com S.Exa. para ver se realmente o projeto será apresentado ou não. O Senador Rodrigo Rollemberg deixou claro que vai apresentar para forçar o debate. É preciso que os Deputados desta Casa se posicionem, pois, como falei anteriormente, se S.Exa. não tivesse o mandato de 8 anos garantido como Senador da República pelo PSB, será que o projeto seria apresentado agora, dizendo que é somente para fazermos o debate? É preciso que tratemos deste tema com muito afinco, com muita responsabilidade e que não tenhamos nenhum temor de enfrentar o debate por ser uma proposta do Senador da República. Estamos aqui também defendendo os interesses da população do Distrito Federal.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PRTB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu quero que o Deputado Joe Valle entenda que o Senador Rodrigo Rollemberg é um homem que fez muito pelo Distrito Federal. S.Exa. bem sabe da sensibilidade que o Senador Rodrigo Rollemberg tem. Acredito piamente na posição do Senador de que a Ride faz parte de todos os grandes problemas do Distrito Federal. Portanto, acho que é importante que se analise muito bem essa questão do projeto do Senador Rodrigo Rollemberg.

Muito obrigada.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27   09   2011	16h50min	27ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	11

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PMN. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, sempre tive um discurso muito firme e pontuado na questão do Entorno, porque acredito que o Entorno é uma oportunidade. Já temos o FCO, que é um fundo de investimento para o Entorno. Acredito que o Governo Federal precisa enxergar o Entorno como uma oportunidade, fazer os investimentos necessários e não mexer no Fundo Constitucional do Distrito Federal.

Queria deixar também explícito que eu estive em Santo Antônio na semana passada, junto com o prefeito, que reclama da falta de verbas. Aqui realmente fazemos um apelo até para um convênio, mas que não se mexa no Fundo Constitucional, porque hoje ele está quase que totalmente comprometido.

Precisamos realmente de uma política de investimento no Entorno, garantindo uma aplicação maior na Ride, no FCO, e garantindo que o Distrito Federal faça as devidas parcerias e os devidos convênios.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputada Celina Leão.

Consulto a Assessoria da Liderança de Governo e a dos Líderes para saber se há acordo na votação do Projeto de Lei nº 523, de 2011, sobre a análise das emendas. (Pausa.)

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 181, de 4/10/2011, juntamente com a ata sucinta da 27ª Sessão Extraordinária.)

(Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Item nº 4:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 523, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 38.919.678,00 (trinta e oito milhões, novecentos e dezenove mil, seiscentos e setenta e oito reais)”.

O projeto teve a tramitação concluída, mas foram apresentadas emendas.

Solicito ao Relator, Deputado Wasny de Roure, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre as emendas apresentadas.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças às emendas ao Projeto de Lei nº 523, de 2011, de autoria do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27   09   2011	16h50min	27ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	12

Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 38.919.678,00 (trinta e oito milhões, novecentos e dezenove mil, seiscentos e setenta e oito reais)”.

Sr. Presidente, nos termos do inciso II, letra *b*, do art. 64 do Regimento Interno da Câmara Legislativa, compete à CEOF analisar a admissibilidade quanto à adequação orçamentária e financeira das proposições apresentadas e emitir parecer acerca do crédito adicional.

Dessa forma, somos pela admissibilidade e aprovação do Projeto de Lei nº 523, de 2011, de autoria do Poder Executivo, com aprovação de 29 emendas em anexo ao referido projeto.

É esse o nosso parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Deputado Wasny de Roure, solicito a V.Exa. que enumere as emendas para podermos fazer a votação.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Emenda Aditiva nº 1, Deputado Raad Massouh, de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), aprovada; Emenda Aditiva nº 2, Deputado Raad Massouh, de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), aprovada; Emenda Aditiva nº 3, Deputado Raad Massouh, de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), aprovada; Emenda Aditiva nº 4, Deputado Raad Massouh, de R\$ 199.999,00 (cento e noventa e nove mil, novecentos e noventa e nove reais), aprovada; Emenda Aditiva nº 5, Deputado Raad Massouh, de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), aprovada; Emenda Aditiva nº 6, Deputado Raad Massouh, de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), aprovada; Emenda Aditiva nº 7, de autoria do Deputado Raad Massouh, no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), aprovada; Emenda Aditiva nº 8, de autoria do Deputado Raad Massouh, no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), aprovada; Emenda Aditiva nº 9, de autoria do Deputado Raad Massouh, no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), aprovada; Emenda Aditiva nº 10, de autoria do Deputado Raad Massouh, no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), aprovada; Emenda Aditiva nº 11, de autoria do Deputado Raad Massouh, no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), aprovada; Emenda Aditiva nº 12, de autoria do Deputado Aylton Gomes, no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), aprovada; Emenda Aditiva nº 13, de autoria do Deputado Aylton Gomes, no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), aprovada; Emenda Aditiva nº 14, de autoria do Deputado Aylton Gomes, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), aprovada; Emenda Aditiva nº 15, de autoria do Deputado Aylton Gomes, no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), aprovada; Emenda Aditiva nº 16, de autoria do Deputado Aylton Gomes, no valor de R\$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais), aprovada; Emenda Aditiva nº 17, de autoria da Mesa Diretora, no valor de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), aprovada; Emenda Aditiva nº 18, de autoria da Mesa Diretora, no valor de R\$ 279.880,00 (duzentos e setenta e nove mil, oitocentos e oitenta reais), aprovada; Emenda Aditiva nº 19, de autoria da



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27   09   2011	16h50min	27ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	13

Deputada Eliana Pedrosa, no valor de R\$ 1.796.000,00 (um milhão, setecentos e noventa e seis mil reais), aprovada; Emenda Aditiva nº 20, de autoria do Deputado Wellington Luiz, no valor de R\$ 482.000,00 (quatrocentos e oitenta e dois mil reais), aprovada; Emenda Aditiva nº 21, de autoria do Deputado Wellington Luiz, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), aprovada; Emenda Aditiva nº 22, de autoria do Deputado Wellington Luiz, no valor de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais), aprovada; Emenda Aditiva nº 23, de autoria do Deputado Wellington Luiz, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), aprovada; Emenda Aditiva nº 24, de autoria do Deputado Wellington Luiz, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), aprovada; Emenda Aditiva nº 25, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, no valor de R\$ 3.250.000,00 (três milhões duzentos e cinquenta mil reais), aprovada; Emenda Aditiva nº 26, de autoria do Deputado Wellington Luiz, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), aprovada; Emenda Aditiva nº 27, de autoria do Deputado Benedito Domingos, no valor de R\$ 4.400.000,00 (quatro milhões e quatrocentos mil reais), aprovada; Emenda Aditiva nº 28, de autoria do Deputado Patrício, no valor de R\$ 338.000,00 (trezentos e trinta e oito mil reais), aprovada; Emenda Aditiva nº 29, de autoria do Deputado Patrício, no valor de R\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais), aprovada.

Portanto, Sr. Presidente, é este o nosso parecer às referidas emendas.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27   09   2011	16h50min	27ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	14

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças está aprovado com a presença de 22 Deputados.

Em discussão o projeto em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 22 Deputados.

Convoco Sessão Extraordinária para apreciação em segundo turno de um único item de pauta, o Projeto de Lei nº 523, de 2011.

Declaro encerrada a presente sessão extraordinária.

(Levanta-se a sessão às 17h34min.)

Este texto não substitui o publicado no *Diário da Câmara Legislativa* nº 186 – Suplemento, de 11/10/2011.